POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ DIRECIONADAS À COMUNIDADE LGBTQIA+

Gladya Azevedo dos Santos[1]; Victor Hugo de Oliveira Henrique

[1]Graduando (a) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), membro do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação ambiental, Diversidade e Ensino (GEPEEADEn/Fecisc/Uece). Bolsista de IC/UECE. gladya.azevedo@aluno.uece.br

[2]Professor da Universidade Estadual do Ceará, Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação ambiental, Diversidade e Ensino (GEPEEADEn/Fecisc/Uece). Orientador do Trabalho. Victorhugo.henrique@uece.br

INTRODUÇÃO

A análise das políticas públicas de saúde voltadas para a comunidade LGBTQIA+ no Ceará exige a delimitação do conceito de políticas públicas. Segundo a definição clássica de Souza (2006), este campo dedica-se a investigar o que o governo decide realizar ou omitir em sua atuação estatal. Assim, ações voltadas à população LGBTQIA+ como campanhas ou mutirões somente se configuram como políticas públicas quando inseridas em programas estruturados, com previsão orçamentária, institucionalização e mecanismo de avaliação.

No contexto LGBTQIA+, tais políticas constituem respostas estatais às desigualdades de orientação sexual e identidade de gênero. Como argumentam Irineu e Oliveira (2020), as políticas públicas vão além das intenções normativas, pois dependem de continuidade do estado e capacidade estatal para sua consolidação. Torna-se, dessa forma, essencial diferenciar a política formal da política implementada, com intuito de verificar se as ações de saúde no Ceará garantem direitos concretos para essa classe social que ainda hoje é marginalizada.

A compreensão desse ideal político promove uma abordagem teórica que ultrapasse a descrição de programas. Segundo Almeida e Gomes (2018), as políticas públicas resultam da complexa interação entre atores, instituições, ideias e contextos políticos. Aplicado à pauta LGBTQIA+ no Ceará, esse contexto permite analisar como a saúde dessa população ingressou na agenda governamental e de que forma a articulação de choque e o contexto institucional influenciaram a consolidação dessas ações.

Além disso, Irineu e Oliveira (2020) sinalizam que as políticas para a população LGBTQIA+ frequentemente apresentam uma fragmentação, priorizando a saúde e a segurança em detrimento de uma rede mais ampla de direito sociais. Diante desse contexto, a análise das políticas de saúde no Ceará deve considerar a relação entre diferentes setores envolvidos avaliando se as ações conseguem superar o isolamento setorial e garantir uma assistência satisfatória.

Nesse cenário, Mello *et al*. (2013) destacam que as políticas para a população LGBTQIA+ no Brasil flutuam entre "desejos e realizações", enfrentando impasses que dificultam a efetivação da cidadania. No Ceará, tal realidade exige que a saúde supere a fragmentação assistencial, garantindo que o direito à vida e ao bem-estar não seja barrado por barreiras burocráticas ou pelo preconceito institucional.

Dessa forma, este estudo propõe analisar criticamente as políticas públicas de saúde do Estado do Ceará direcionadas à comunidade LGBTQIA+, considerando a efetividade na garantia do direito à saúde.

METODOLOGIA

Esta pesquisa, é do tipo documental é de natureza qualitativa, visto os objetivos interpretativos e analíticos à que se propõe. A pesquisa qualitativa, segundo Chizzotti (2003), a pesquisa qualitativa recobre um campo transdisciplinar que envolve as ciências humanas e sociais, assumindo diversas formas de análise, e busca encontrar os sentidos dos fenômenos humanos e entender seus significados. Guarda semelhança com as pesquisas do tipo estado da arte ou estado do conhecimento. Tais pesquisas permitem, inicialmente, a sistematização de dados referentes à produção, como a busca de panoramas gerais e podem orientar na construção de quadros em que se encontram determinadas área do conhecimento.

A busca pelas Políticas Públicas aconteceu por meio do site oficial da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, utilizando palavras-chaves como: diversidade sexual, comunidade lgbt, sexualidade e discriminação sexual. Após a busca, os documentos foram organizados e analisados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise de dados relacionados às políticas públicas de saúde para a comunidade LGBTQIA + no estado do Ceará revelaram que de fato o Estado tem se mostrado à disposição para implementar cada vez mais políticas públicas que ofereçam oportunidades de forma equitativa para a comunidade LGBTQIA +. Contudo, é imperativo reconhecer que a ampliação da oferta não garante, por si só, a qualidade do acesso. Lacunas persistentes, como o despreparo técnico de servidores e a resistência burocrática enraizada no preconceito institucional, ainda tornam o caminho da população LGBTQIA+ árduo e desigual. O governo tem trabalhado, mas o abismo entre o anúncio oficial e a realidade acolhedora na ponta do serviço revela que ainda há um longo e tortuoso percurso para superar o caráter meramente simbólico de certas ações.

Saúde atrás dos Muros: O Papel das Instituições na Garantia da Dignidade Trans no Ceará

A atuação da Defensoria Pública (DPCE, 2025) revela que a saúde LGBTQIA+ no Ceará enfrenta barreiras estruturais, agravadas no sistema prisional. O projeto Aime e o Sertrans buscam romper o "duplo apagamento" de pessoas trans, garantindo hormonização e retificação de prenome. Conforme Mello et al. (2013), essas ações combatem a negligência histórica, transformando o cárcere e os hospitais em espaços de afirmação da identidade, humanização e redução da vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresenta dados preliminares de uma pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/UECE), o projeto é intitulado "Mapeamento das políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+ do estado do Ceará" e o subprojeto contemplado com bolsa é "Políticas públicas de saúde, trabalho, emprego e renda para a comunidade LGBTQIA+ no estado do Ceará", assim, fica evidenciado que ainda faltam mais dados para consolidar a pesquisa, mas é possível observar que existem poucas políticas públicas em comparação a outros segmentos da sociedade, podendo ser um reflexo ainda, da LGBTfobia presente na sociedade.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Defensoria Pública do Estado. **Saúde e dignidade: os desafios da população LGBT no sistema prisional e para além dos muros**. Fortaleza: Defensoria Pública do Estado do Ceará, 2025. Disponível em: https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/saude-e-dignidade-os-desafios-da-populacao-lgbt-no-sistema-prisional-e-para-alem-dos-muros/. Acesso em: 4 mar. 2026.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, núm. 2, 2003.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 mar. 2026.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. **Um balanço das políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a população LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014)**. Revista Direitos Humanos e Democracia, [S. l.], v. 8, n. 16, p. 40–55, 2020. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/7298 . Acesso em: 4 mar. 2026.

MELLO, Luiz; IRINEU, Bruna Andrade; FROEMMING, C. N.; RIBEIRO, V. K. **Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses**. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-160, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/9113. Acesso em: 4 mar. 2026.

ALMEIDA, L. de A.; GOMES, R. C. **Processo das políticas públicas: revisão de literatura, reflexões teóricas e apontamentos para futuras pesquisas**. Cadernos EBAPE.BR, v. 16, n. 3, p. 444–455, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/fBpmPq6Cyg795pzdMMLNmdQ/abstract/?lang=pt. Acesso em: 4 mar. 2026.